



2ª Licenciatura em
Educação Especial

Diversidades, Identidades e Direitos Humanos

Vanessa Regina de Oliveira Martins



EDESP-UFSCar

DIVERSIDADE, IDENTIDADE
e DIREITOS HUMANOS



UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Reitora

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Vice-Reitora

Maria de Jesus Dutra dos Reis



EDESP-UFSCar

EDESP - Editora de Educação e Acessibilidade da UFSCar

Diretor

Nassim Chamel Elias

Editores executivos

Adriana Garcia Gonçalves

Clarissa Bengtson

Douglas Pino

Rosimeire Maria Orlando

Conselho editorial

Adriana Garcia Gonçalves

Carolina Severino Lopes da Costa

Clarissa Bengtson

Gerusa Ferreira Lourenço

Juliane Ap. de Paula Perez Campos

Marcia Duarte Galvani

Mariana Cristina Pedrino

Nassim Chamel Elias (Presidente)

Rosimeire Maria Orlando

Vanessa Cristina Paulino

Vanessa Regina de Oliveira Martins



CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Universidade Aberta do Brasil



Coção: Segunda Licenciatura em Educação Especial

Coordenação: Rosimeire Maria Orlando

DIVERSIDADE, IDENTIDADE e DIREITOS HUMANOS

Vanessa Regina de Oliveira Martins



EDESP-UFSCar

São Carlos, 2022

© 2022, dos autores

Projeto gráfico e capa

Clarissa Bengtson

Preparação e revisão de texto

Paula Sayuri Yanagiwara

Editoração eletrônica

Bruno Prado Santos

M386d

Martins, Vanessa Regina de Oliveira.

Diversidades, identidades e direitos humanos / Vanessa Regina de Oliveira Martins. -- Documento eletrônico -- São Carlos : EDESP-UFSCar, 2022.
29 p.

ISBN: 978-65-89874-23-2

1. Direitos humanos. 2. Multiculturalismo. 3. Política pública. 4. Educação inclusiva. I. Título.

CDD: 323 (20ª)

CDU: 342.7

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Comunitária da UFSCar

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1 Direitos Humanos (Legislações sociais que asseguram o direito às diferenças).....	13
2 Identidade, lutas de grupos minoritários e minorizados e alguns apontamentos sobre a diversidade e a diferença.....	17
3 Considerações finais articuladas ao campo da Educação Especial	23
Referências.....	27

Introdução

Vanessa Regina de Oliveira Martins
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prezados estudantes da segunda licenciatura em Educação Especial, bem-vindos a esta (nossa) disciplina. Tematizam-se nela aspectos de “Diversidade, Identidade e Direitos Humanos”. Este material, nomeado de texto-base, será norteador para as nossas práticas de ensino. Nele vocês encontrarão aportes teórico-conceituais dos nossos estudos. Portanto, vocês poderão consultá-lo sempre que tiverem dúvidas, pois será um guia no percurso das semanas em que estaremos juntos estudando sobre os desafios da inclusão das diferenças dos/entre os sujeitos e a pauta dos direitos identitários e culturais: temática versada em cada um dos subtítulos da disciplina. Trataremos especificamente sobre a acolhida das diferenças, pauta central ao falarmos de inclusão, das reflexões em torno dos direitos humanos, e sobre a busca pelo reconhecimento identitário e pela vivência acolhedora das marcas subjetivas de todos nós, considerados como sujeitos sociais, de linguagem e sujeitos forjados pelas trocas interacionais.

Início com as seguintes perguntas: *O que é a diversidade para você? Quando iniciaram socialmente as lutas para assegurar o consenso da vida na diversidade, produzido de modo paradoxal pelas lutas e pelas conquistas, mesmo que em meio ao dissenso? O que é dissenso e consenso e como eles se inter-relacionam na promoção do direito humano e nos processos de singularização das pessoas? O que seria a tal singularização humana?*

Para discorrer sobre as questões lançadas, a disciplina está desdobrada em **três unidades** centrais que tematizam os três subtemas principais: “a diversidade”, “as identidades” e os “direitos humanos”. Todavia, a exposição não será na ordem em que esses temas aparecem no título da disciplina. Na **Unidade 1**, início a nossa conversa abordando os **direitos humanos**,

como um campo de estudo, de lutas e reivindicações, solo em que nascem as discussões identitárias as quais, por sua vez, possibilitam a aparição da “diversidade-diferença” e de sua afirmação no âmbito social. Após o desenvolvimento de estudos em direitos humanos, na **Unidade 2** se tematizam as questões identitárias e da diversidade mais a fundo, trazendo analogias mais específicas das lutas das pessoas com deficiência. Na **Unidade 3** realizo uma síntese conclusiva dos estudos e sua aplicação no campo da Educação e da Educação Especial.

Espero que o estudo abra possibilidades para um novo campo de indagação e de posições sociais frente às questões políticas e às ações éticas que consolidam a nossa cidadania. Uso como texto de apoio para as considerações deste texto-base as reflexões trazidas por Gallo (2003) na obra “Ética e Cidadania: caminhos da filosofia”. Nesse livro o autor nos ensina a prática do filosofar e aponta a importância do pensar ativo sobre os problemas que constituem a nossa história e que possibilitam a existência de determinadas práticas sociais. O que seria uma prática social? Como resposta, diria que são as ações que perfazem o comum de nossas vidas e que se constituem a partir de nossos valores, ou seja, se materializam em nossas condutas cotidianas. As bases que fundamentam as nossas práticas sociais, esses princípios e valores, são construídas socialmente e passam a ser apreendidas por nós como verdades absolutas. Esse processo permite-nos naturalizar nossas ações/conduitas e conseqüentemente naturalizamos também o modo de funcionamento social mais amplo. Portanto, nossas práticas são baseadas em representações sociais e em verdades produzidas historicamente, e, ao reproduzirmos determinados fundamentos em nosso cotidiano, naturalizamos as produções de verdades que as constituíram. A naturalização refere-se à concepção de que tais modos de vida são como são, porque devem ser assim, porque sempre foram assim, como se **não** fossem parte de produções sociais temporais e de construções sociais com interesses políticos e econômicos. Mas cabe ressaltar que as nossas práticas estão imbuídas de saberes sociais que refletem os desejos que nos formam e as verdades que se consolidaram por muitos interesses políticos e sociais do nosso presente – nada naturais.

Para exemplificar isso, trarei em pauta as lutas das mulheres e as suas representações ao longo da história. Ser mulher não é uma função desempenhada hoje do mesmo modo que foi há 70 anos, certo? Que mudanças foram produzidas no contexto social feminino e em suas lutas? Da luta pelo direito

de cidadania, da não objetificação do corpo feminino como mercadoria, usado em rótulos de produtos (fazendo da mulher uma marca mercadológica associada ao desejo de consumo), à conquista do direito de voto e de inserção no campo de trabalho. Você sabia que por muito tempo houve um silêncio historiográfico das mulheres, como se elas nunca tivessem composto o campo produtivo, inventivo do saber, e por isso houve um apagamento da potência de vida do universo feminino na história?

Para essa conversa trago uma imagem que registra a cena de luta de muitas mulheres no ápice da ditadura militar, com a representação feminina na linha de frente do protesto.



Figura 1 Luta do coletivo feminino.¹

Disponível em: <<https://escolaeducacao.com.br/lutas-e-conquistas-das-mulheres/>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Para um resgate histórico da representação do corpo feminino e da luta para nossas formas e outras práticas sociais mais éticas, trago algumas informações. Em 1827, acreditava-se que as mulheres tinham menos capacidade intelectual que os homens. Esse era um dos motivos de não se permitir que as mulheres tivessem o mesmo ensino que os homens, e por isso havia liceus para meninas, separados dos espaços institucionais destinados a meninos. O conteúdo da matemática era minimizado para as mulheres, que ficavam apenas com o conhecimento das quatro operações básicas. Essa representação social de que a matemática não é uma ciência para mulheres nos acompanha há muito tempo, não? Você já parou para pensar por que ainda hoje temos a compreensão social de que alguns ofícios não foram feitos para serem ocupados por mulheres? O mesmo ocorre quando se tem um

1 A fotografia mostra as atrizes Eva Todor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Bengell em protesto contra a censura em 1968. A imagem é bastante veiculada nos meios de comunicação para mostrar a luta do coletivo feminino.

homem estudando formações nas humanidades. Há um imaginário de que nas ciências humanas cabem apenas o cuidado e a vocação e que, portanto, esse é um ofício naturalmente e estritamente feminino. Portanto, essa naturalização das coisas deve ser tensionada e questionada. A filosofia enquanto exercício do pensamento, que coloca em prática a ação do pensar, segue como instrumento conceitual para nos auxiliar nas mudanças diárias, nas lutas políticas de enfrentamento às naturalizações sociais, que, na realidade, são efeito de produções datadas historicamente e que correspondem a interesses políticos, portanto, nada naturais, mas sim forjadas historicamente.



Figura 2 Restrição do ensino de matemática às mulheres.²

Disponível em: <<http://www.sinprominas.org.br/noticias/para-lei-do-imperio-meninas-tinham-menos-capacidade-intelectual-que-meninos/>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

A imagem retrata meninas em aula de costura na Escola Caetano de Campos, em São Paulo, um colégio voltado apenas à construção de saberes sobre o ofício que se considerava necessário às mulheres naquele momento, de modo a preencher o *papel social* atribuído ao universo feminino da época. Esses e outros temas que se articulam à vida humana nos colocam na ação reflexiva do campo da ética e serão trabalhados no decorrer desta disciplina. Portanto, será feita uma reflexão das relações da humanidade e das relações de poder que atravessam a sociedade. Em Gallo (2003), entende-se que ao discutir as orientações das ações humanas e suas manifestações, na particularidade da vida diária, se buscam aproximações do campo e da compreensão da ética. E, quando se pensam as ações mais gerais destinadas a toda população, entra-se no campo do político. Numa

2 A fotografia é bastante veiculada nos meios de comunicação e mostra meninas bastante jovens tendo aula de costura, uma atividade tida como do “universo feminino”.

sociedade democrática, como a nossa, as decisões sociais devem ser sempre dialogadas e construídas com a ampla participação social. Nosso país é dotado de sanções e leis que atuam do âmbito municipal ao estadual e que são orquestradas pela instância federal. Portanto, num regime democrático, as decisões de políticas, das conduções para a cidade e para o povo, são pensadas de modo integrado, e não de forma totalitária. Diante disso, “a ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequências na vida de toda coletividade” (GALLO, 2003, p. 30). Num regime democrático ainda, a democracia é feita do tal dissenso, apontado anteriormente, na via de decisão comum, de acordos e de um possível consenso que, depois de votado coletivamente, passa a ser compartilhado pela/para a maioria.

Iniciemos o exercício da reflexão filosófico-crítica pensando em outros grupos que, como as mulheres, foram minorizados socialmente. Perceba que ser minorizado é diferente de ser parte de um grupo minoritário quantitativamente. No primeiro não está em pauta a quantidade de membros que compõem o grupo, mas sim as práticas de exclusões produzidas socialmente e que suprimem os direitos desses sujeitos, deixando-os à margem das decisões e das políticas públicas afirmativas – com a minorização de um grupo, temos a construção de um coletivo minoritário (quantitativamente ou na relação de poder) que foi minorizado. Essa segregação já coloca em xeque a democracia e cria um problema conceitual à chamada meritocracia, amplamente desejada na atualidade. O fato de haver sujeitos que não participam da vida social, de modo amplo e com equidade social, marca a necessidade de se aumentar a pauta de luta para ações voltadas ao direito humano coletivo. Alguns autores usam o termo *minorias* com esse mesmo sentido, para além da quantificação numérica, ou seja, com foco nas posições políticas que narram a congruência de lutas para manutenção de direitos sociais. Que outros grupos compõem esse campo de exclusões e que carecem da junção coletiva para luta contra movimentos hegemônicos? Pense nisso e vamos avançando em nossos estudos.

Indicações de leituras teóricas

1. *Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro*, de Cláudio Márcio do

Carmo (2016). Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rieb/n64/0020-3874-rieb-64-0201.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

2. *Situação minoritária, população minorizada, língua menor: uma reflexão sobre a valoração do estatuto das línguas na situação de contato linguístico*, de Letícia Caos Ponso (2017). Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33468/19455>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Direitos Humanos

(Legislações sociais que asseguram o direito às diferenças)

Os direitos humanos deixaram de ser um campo de estudo e de garantias de seguridade individual (de luta individualizada e isolada), sendo, portanto, tarefa de consolidação de direitos de toda a população e ação de cada um para efetiva seguridade do “bem-estar social”, enquanto movimento legítimo e necessário para a evolução de lutas posteriores e coletivas. Essa tarefa de seguridade deve ser construída na gestão pública coletiva como política, ou seja, na ação de direcionamentos de políticas de Estado. Para muitos, os direitos humanos consistem em ações isoladas de um grupo social, em defesa de pautas coletivas, a saber, em defesa dos grupos que compõem e representam o coletivo de sujeitos marginalizados. Vale lembrar que os “direitos humanos” não são compostos apenas de “grupos sociais de posição política de esquerda” ou de sujeitos nomeados na atualidade como “pessoas comunistas” – nomeação dada pelo senso comum às pessoas com ideias de liberdade e de luta por divisões sociais mais justas e com divisão comum de bens, produtos e serviços –, embora haja esse movimento nas lutas de pessoas com posição ideológica mais à esquerda. Para a compreensão desse ponto, sugere-se uma reflexão do que esses termos – esquerda, direita, comunismo, socialismo – representam. Essa conversa não será aqui adensada, mas se levantou essa pequena “pulga” como forma de articulação do pensamento crítico. Os direitos humanos, portanto, serão aqui considerados como as ações políticas de seguridade da equidade de vida comum a todos, garantida pelo Estado.

Hoje os direitos humanos passaram a ser vistos como uma entidade, quase como uma figura humana unificada que integra as lutas sociais. Para se compreender o campo de emergência dos direitos humanos, serão abordados dispositivos legais que compõem o campo dos direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi publicada em 10 de dezembro de

1948 em um contexto histórico pós-Segunda Guerra Mundial. Havia receio de uma terceira, visto ser esta a era dos extremos. Após as duas Guerras Mundiais, aproximadamente 120 milhões de pessoas morreram. No período entre guerras, de 1918 a 1939, houve um aumento de governos autoritários e de supressão das liberdades individuais. A Liga das Nações Unidas surge em 1918 para evitar um revanchismo social e criar uma cultura de paz na Europa, mas sem sucesso, pois não houve uma consolidação desse grupo. Na Alemanha, essa situação de guerra atinge seu máximo e culmina na Segunda Guerra Mundial, quando houve nesse país o holocausto, um período de extermínio de pessoas judias, categorizadas pelos nazistas como culpadas pelos problemas sociais na Alemanha. Nesse contexto instável e diante do possível conflito internacional é que nasce a ONU, em 1945, uma entidade burguesa que representa os interesses das grandes nações imperiais do mundo, uma entidade democrática com a intenção de estabelecer a paz entre os países europeus diante dos inúmeros conflitos, visando garantir o direito dessas populações que vinham sendo exterminadas. A seguir, está o link para a Declaração na íntegra. Será muito importante a sua leitura para a sequência de nossos estudos.

- Na Declaração encontramos 30 artigos com descrições gerais, e em cada um se apontam direitos universais que devem ser preservados e garantidos pelo Estado. Escolha um deles, faça uma reflexão no fórum de discussão desta unidade sobre como você vê as políticas sociais de seguridade desses direitos.

Link para a Declaração Universal dos Direitos Humanos: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

É importante o levantamento histórico dos direitos humanos para compreender nossos direitos e deveres enquanto cidadãos. Portanto, o conhecimento sobre a DUDH é fundamental para uma posição política crítica que reivindica direitos já conquistados na história da humanidade e que nos impele à continuidade das lutas.

É curioso pensar que a quantidade de mortes da população judaica no holocausto gerou uma comoção enorme na Europa. Após a criação da ONU, houve também, no mesmo ano em que se estabelecem os direitos humanos, a criação de um lugar para retorno e acolhida da população judaica, o Estado de Israel – um espaço de proteção da população judaica contra os abusos

do poder e das práticas genocidas. Assim, é nesse contexto histórico de conflito que temos a criação dos direitos humanos. A Declaração, como dito, é composta de 30 artigos que abordam os princípios fundamentais da vida humana e tem como base todos os grandes temas e lemas sociais: da revolução francesa, do iluminismo do século XVIII, da base burguesa e da formação humana. Essa Declaração é importante para a manutenção de uma cultura de paz no ocidente. Ela trata de direitos como a liberdade, a igualdade, a fraternidade, princípios liberais, de liberdade individual, e ao mesmo tempo interesses burgueses (interesses dos proprietários dos meios de produção social) – dado o contexto da época de sua emergência. Portanto, ela segue os três temas centrais da revolução francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Na declaração temos princípios que abordam o direito universal da igualdade entre os cidadãos. Mas, quando pensamos sobre a igualdade, quais as implicações atuais da luta pela igualdade, se deixamos de apreciar as especificidades individuais? Igualdade, portanto, pressupõe a manutenção das diferenças. De que modo podemos pensar sobre isso? Para seguirmos com essas reflexões, sugere-se a visualização das mídias indicadas a seguir e a continuidade da leitura da próxima unidade, em que ampliaremos um pouco mais as questões que envolvem diferenças, diversidades e os processos de respeito às singularidades individuais.

Indicação de vídeo

1. Vídeo do canal Brasil Escola sobre direitos humanos para estudo complementar da Unidade 1 deste texto-base. Ao final do vídeo o educador explica ponto a ponto os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: <<https://www.youtube.com/watch?v=WSryyc9OiWQ>>. Acesso em: 3 ago. 2021.
2. Para apimentar um pouco nosso estudo, compartilho o vídeo de uma entrevista com Gilles Deleuze, que foi traduzida e parcialmente transcrita, contendo uma crítica aos direitos humanos. “Os Estados democráticos são ligados de tal maneira e comprometidos com os Estados ditatoriais que a defesa dos direitos do homem deve necessariamente passar pela crítica interna de toda democracia [...] Muitas vezes a vida se vê caso a caso. [...] Portanto, é lutar pela jurisprudência” (Entrevista com Gilles Deleuze). Ao apreciar essa reflexão filosófica, que impressões podem ser tecidas?

Trata-se da luta pelo direito das pessoas e a contextualização de pelo que lutar. Para Deleuze, pela entrevista, há um erro em universalizar os direitos humanos, e nesse sentido os processos de singularização das lutas parecem ser mais produtivos.

Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2017/10/06/video-6-minutosem-que-deleuze-critica-os-direitos-humanos/>>.

Acesso em: 3 ago. 2021.

Avaliação Obrigatória 1: (0-10)

Fórum de interação e envio da atividade de avaliação 1 – Fórum com participação obrigatória e individual.

Leitura da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (DUDH), que você encontrará neste link: <<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Selecione apenas dois de seus artigos, aqueles que mais lhe chamaram a atenção. E responda:

1. Por que da escolha destes dois itens?
2. Você sente que o Estado tem assegurado nossas garantias expressas na DUDH? Como?
3. Você acha importante a construção desse documento e de que modo entende que ele pode resguardar o direito de vida e cidadania de todos nós?

Resumo da atividade: poste dois dos artigos da DUDH que mais lhe impactaram na leitura e responda as três perguntas na mesma postagem. Por fim, espera-se que você participe interagindo e comentando pelo menos uma postagem de um de seus colegas neste fórum.

Prazo: até o dia de fechamento da Unidade 1.

Atividade obrigatória 1: nota de 0 a 10.

Boa atividade e bons estudos!

Identidade, lutas de grupos minoritários e minorizados e alguns apontamentos sobre a diversidade e a diferença

Nesta segunda unidade, apresento as discussões em torno das lutas de grupos minoritários e minorizados e os laços de afeto que compõem uma pauta coletiva a qual tem sido apontada por meio das questões identitárias, ou seja, que constituem os sujeitos, o que são ou o que se tornaram na relação social e quais as lutas que querem travar socialmente. Após a apresentação filosófica sobre o tema da identidade/multiplicidade pelos estudos multiculturalistas, apresento sua articulação com as questões da diversidade e da diferença.

Início falando da identidade. O que seria isso, então? A identidade é exatamente aquilo que se “é” e pode ser definida por algumas adjetivações: “sou mulher”, “sou mãe”, “sou heterossexual”, “sou brasileira”, “sou professora”, “sou pesquisadora”. Veja que cada qualificação, ou seja, cada afirmação existencial realça uma particularidade daquilo que me constitui. Esse movimento de constante mudança e de sobreposições identitárias faz com que eu seja sempre um sujeito múltiplo. Ou seja, há muitas camadas que nos constroem, que nos constituem, e elas vão fazendo com que em determinados momentos ou em determinados contextos sociais sejamos pessoas diferentes: que atuam em funções sociais distintas. Essa multiplicidade de ações identitárias e subjetivas tem sido a maior crítica aos movimentos identitários que fixam o “ser” pela unidade, ou seja, por uma identidade essencializada. Podemos ter laços comuns entre nós e outros que permeiam grupos sociais em lutas unificadas. Por exemplo, “as mulheres” podem e têm lutas que são mais suas que da população masculina, e isso as aproxima entre si, mas outras composições identitárias “das diferentes mulheres” que

somos colocam os funcionamentos vitais de cada uma como muito distintos entre si, pois temos várias formas de ser mulher no mesmo país.

Portanto, não é possível pensar na concepção dos estudos com a diferença e manter a hipótese de se ter sujeitos com identidades iguais e com constituições subjetivas idênticas. Podemos ter pautas comuns, como mencionado, que modelam parte de quem somos, mas as múltiplas composições, das variadas outras camadas e fluxos de desejo que nos formam, fazem com que sejamos todos “diferentes” e, por isso, que sejamos “singularidades”. A singularidade dotada pelas especificidades, ou pela diferença, é aquilo mesmo que opera a constituição identitária multifacetada de cada um de nós.

na perspectiva que venho tentando desenvolver, identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. Numa visão mais radical, entretanto, seria possível dizer que, contrariamente à primeira perspectiva, é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença – compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação. É precisamente essa noção que está no centro da conceituação linguística de diferença, como veremos adiante (SILVA, 2000, p. 76).

É extremamente importante apontar que somos produtos de fabricação sociais e culturais, portanto, somos sujeitos constituídos pelos discursos sociais, pela linguagem, referindo ainda que somos produtos de determinados momentos históricos. Então, as práticas culturais e a linguagem humana são contingências que nos formam ou nos forjam.

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2000, p. 76).

Para Silva (2000), a identidade e a diferença estão integradas entre si, uma existe em função da outra. A linguagem constrói a nomeação das coisas, objetos e sujeitos. Ela adjetiva o que “somos” por meio de uma nomeação, sempre em contraste ao que nós não representamos. Ou seja, na adjetivação produzida pela linguagem temos também o oposto, ou seja, aquilo que “não somos” e que se difere de nós. Portanto, a diferença existe pela identidade, e a identidade se afirma pela/na diferença adjetivada.

Como ato linguístico, a identidade e a diferença estão sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem em geral. Por exemplo, segundo o linguista suíço Ferdinand de Saussure, a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças. Nós já havíamos encontrado esta ideia quando falamos da identidade e da diferença como elementos que só têm sentido no interior de uma cadeia de diferenciação linguística (“ser isto” significa “não ser isto” e “não ser aquilo” e “não ser mais aquilo” e assim por diante) (SILVA, 2000, p. 77).

Silva (2000) ainda salienta o problema social de, ao tomar a representação identitária como modelo único, projetar a busca por replicações identitárias comuns, “um funcionamento” que pela réplica normativa se dirige de igual modo a todos os outros seres. Essa é a linha tênue que devemos cuidar nos estudos multiculturais para não alinhar a reivindicação identitária que funda os movimentos sociais e as minorias ao desejo da replicação de formas de vida e de sujeições. Como se as aproximações dos sujeitos, por pautas comuns, pela identidade, os obrigassem a agir, sentir, viver e se constituir numa essência comum desse *ser sujeito* (*mulher, deficiente, indígena, surdo, homossexual, entre outras formas de vida*). O cuidado retratado é de não reportar ao multiculturalismo e aos movimentos minoritários o apego ao funcionamento certo da identidade, tornando-se mais um espaço de produção de vidas iguais, tal qual as ações produzidas em projetos de normalização humana – efeito de consolidação de uma norma ou de um campo normativo refletido com políticas homogêneas endereçadas a toda a população. Se isso ocorrer, temos a paralisia da efetiva diferença e dos processos de singularização. Nesse sentido, o autor afirma que nas teorias culturais contemporâneas é possível ver movimentos que subvertem a identidade unificada (essencializada) em prol de ações e perspectivas mais plurais (na via da multiplicidade). Esse é um movimento importante e que tem sido pauta nas ações escolares, por exemplo. O campo que debate as diferenças e que luta para a produção de práticas singulares na escola é chamado de

“educação inclusiva”. Há muitas leituras diferentes do que seja produzir a inclusão. Dentro das variadas leituras sobre a prática inclusiva, têm-se posições afirmativas diferentes: produção de espaços comuns de ensino, afirmação de escolas específicas para sujeitos com deficiência, organização de espaços com atendimento especializado. Faço menção de algumas das lutas da proposta inclusiva só como forma de alegoria, pois esse estudo sobre a educação inclusiva será mais aprofundado em outras disciplinas.

Espero que vocês possam fazer articulações importantes desta disciplina nesses outros estudos.

Por ora, afirma-se a necessidade de avanços dos direitos humanos para a manutenção e preservação das diferenças e das singularidades, bem como da inserção de direitos de acesso e de trânsito das minorias em todas as camadas sociais. Quando pensamos em algumas populações marginalizadas, vemos que numericamente há um número expressivo de sujeitos; todavia, há também a construção social da norma e a partir dela a derivação e construção de grupos privilegiados. Certo? Nesse sentido, poderíamos discutir a difícil tarefa de produção da desejada meritocracia no nosso país, quando temos processos muitos desiguais de pontos de partida para os sujeitos que configuram os diferentes grupos sociais. O que se entende por meritocracia? Trata-se do domínio numa sociedade, organização, grupo, ocupação, daqueles que têm mais méritos e por isso têm direito a determinados privilégios dado o mérito individual, de forma que a chegada ao sucesso se dá como se fosse apenas um fator de sua exclusiva conquista. Tal ação poderia ser reproduzida pelo mérito individual se tivéssemos trajetórias de vida iguais para todos, um cenário social favorável e comum, dispositivos materiais e culturais pareados e condições que nos colocassem no jogo e na disputa de modo equitativo, fazendo com que o início da caminhada para a conquista de algo se desse em situações equânimes. Só assim poderíamos avaliar o esforço individual e mérito de alguém, certo? Se a condição da pobreza, por exemplo, não colocasse tais sujeitos em desvantagens físicas para avançar no estudo, por conta da falta de nutrientes e estímulos culturais para avanço em dado campo, por exemplo, na educação. Quero dizer que, a depender da posição social de cada sujeito nas variadas classes sociais, as condições refletem no desenvolvimento do ensino, da aprendizagem e conseqüentemente nas (des)vantagens para disputa de uma vaga na universidade e no mercado de trabalho. Veja como a perspectiva do discurso da meritocracia pode e deve ser questionada e tensionada.

Para fechamento, indico o vídeo a seguir como reflexão para a temática da meritocracia: *Corrida por \$100 feita de privilégio e desigualdade* (2017). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L177yGji8eM>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

O contexto social, as relações culturais de cada sujeito os colocam numa condição específica, e tudo isso deve ser levado em consideração na luta por espaços equânimes de disputas sociais que não aumentem os privilégios para uns, fortalecidos por ações que marginalizam e exploram corpos silenciados e apagados da história.

Indicações de leituras teóricas

1. *Multiculturalismo e diversidade cultural: comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade*, de Carolina Giordani Kretzmann (2007). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp067624.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Considerações finais articuladas ao campo da Educação Especial

Após estudos sobre os direitos humanos, como campo social e luta por afirmação da garantia de direitos a todos, serão tecidas algumas considerações de sua repercussão no campo educacional. A produção de temas sobre a inserção de todos os sujeitos nas variadas instâncias sociais gerou o discurso e a defesa da educação para todos e do direito de garantia de especificidades nas práticas educativas. Por isso, compreende-se a Educação Especial como campo de estudo, pesquisa e ensino que busca a garantia de equidade de ensino a todos os estudantes considerados público-alvo da Educação Especial. Com a busca por práticas singulares e plurais de ensino, a Educação Especial em si alinha-se a pautas que consolidam ações afirmativas sociais de diversidade e direitos humanos, às singularidades de vidas de todos e de cada um. Desse modo a disciplina buscou apresentar a Educação como espaço formativo e campo de produção de conhecimentos sistematizados socialmente, uma vez que o conhecimento produzido historicamente passa por uma seleção, tornando-se conteúdo educacional a ser consumido pelo aprendiz. Ou seja, a Educação é um campo de produção e sistematização de acervos comuns e produtos culturais convencionados historicamente e que devem ser partilhados socialmente. A Educação, portanto, também é um campo de produção de verdades, porque se funda em um conjunto de disciplinas que abarcam teorias de ensino as quais serão trazidas aos estudantes depois de serem avaliadas como conhecimento básico de compreensão para vida, o trabalho e a cidadania.

Para o desenvolvimento desse tema, as noções de diferenças para a produção de singularidades, com atenção à equidade de direito, à circulação e à representatividade dos variados grupos sociais, socialmente e dentro do espaço educativo, foram chaves de leitura fundamentais para a construção

dos Direitos Humanos. Fecha-se esta unidade com mais uma indicação de estudo sobre a formação da inserção de todos nos espaços mais variados, de modo a aproximar o tema dos Direitos Humanos ao campo da Educação e da Educação Especial. Para isso apresento a “Conferência de Jomtien”, ocorrida em 1990, e o documento resultante do encontro, a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, que coloca em cena a temática norteadora das reivindicações dos direitos coletivos para “todos” na escola inclusiva.

Indicações de leituras teóricas

1. *Verbete Declaração de Jomtien*, de Ebenezer Takuno de Menezes (2001), no Dicionário Interativo da Educação Brasileira (EducaBrasil). Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-jomtien/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.
2. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, aprovada na Conferência de Jomtien (UNESCO, 1990). Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

É importante apontar o cenário de luta no campo da Educação para inserção de direitos de ensino às minorias marginalizadas. O documento produzido em 1990 (UNESCO, 1990) contextualiza esse espaço que se materializa no campo da educação inclusiva, consolidado posteriormente com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Esse segundo documento aponta que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” (UNESCO, 1994, p. 1). A luta pelo direito à educação de qualidade para as pessoas com deficiência passa a ser, desde então, ponto de embate e pauta social nessa nova perspectiva. Portanto, o discurso da inserção das pessoas com deficiência na escola comum ganha força nesse momento. A diretriz aponta que:

escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994, p. 1).

Todavia, vale apontar que a política inclusiva não está descolada dos processos históricos que instituem práticas de ajustamento de condutas. Há necessidade de problematizar o processo de normalização de corpos, bem como a prática da normatização social feita por meio de dispositivos jurídicos e normativas institucionais que colocam a pauta da homogeneização educativa e as ações normativas, que são sempre produções historicamente datadas. Nesse sentido, nossos estudos retratam tensões em campos distintos de lutas sociais de grupos minoritários e minorizados, bem como a necessidade de aproximação e construção de pautas comuns de modo a fortalecer movimentos de resistência às normatizações que produzem exclusões sociais. O conhecimento histórico e as emergências culturais produzidas ao longo do tempo são fundamentais para compreender o cenário social amplo. Os estudos históricos são base para contextualizar o cenário inclusivo.

Carece, portanto, entender o contexto de entrada dos marginalizados na escola e conhecer as práticas cotidianas que são consolidadas para acolhida das diferenças na escola. Espero que a disciplina e os textos estudados auxiliem nessa construção de conhecimento sobre essa temática.

Atividade Obrigatória 2: (0-10)

Fórum de interação e envio da atividade de avaliação 2 – Fórum com participação obrigatória e individual.

O fórum será destinado à atividade obrigatória de avaliação 2, com os conteúdos das Unidades 2 e 3 (atividade unificada com o conteúdo das duas unidades).

Faça uma pesquisa na internet e levante alguns grupos de militância que representam movimentos sociais.

Selecione apenas um grupo e explique o que mais lhe fez se identificar com as lutas sociais desse grupo, postando no fórum dados sobre o movimento social escolhido.

Siga estas questões como guia para a postagem de seu resumo reflexivo sobre o movimento:

1. Comece apresentando o nome do movimento e o porquê de tê-lo escolhido.
2. Qual a luta identitária desse grupo?
3. De que modo esse grupo minoritário, em sua opinião, tem sido minorizado socialmente?
4. Quais as maiores reivindicações abarcadas pelo movimento?
5. Esse grupo já teve algumas conquistas importantes por meio de suas lutas? Quais?
6. Existe alguma entidade de apoio à luta desse grupo? Se tiver, mencione pelo menos uma.

Espera-se uma postagem sucinta no fórum, trazendo a síntese dos elementos destacados nas questões acima. Após postar, você deverá fazer a leitura das postagens dos colegas e interagir, comentando pelo menos uma postagem diferente da sua.

Prazo de participação: até o dia de fechamento da Unidade 3.

Atividade obrigatória 2: nota de 0 a 10.

Observação: a nota final da disciplina será calculada pela média das duas atividades obrigatórias (cada uma vale de 0 a 10).

Boa atividade e ótimos estudos!

Referências

- CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, p. 201-223, ago. 2016.
- CORRIDA por \$100 feita de privilégio e desigualdade. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (4 min.). Publicado pelo canal Comece a Pensar. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L177yGji8eM>>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- DIREITOS Humanos – Brasil Escola. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (11 min.). Publicado pelo canal Brasil Escola. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WSryrc9OiWQ>>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- ENTREVISTA com Gilles Deleuze. [S. l.: s. n.], 1988. 1 vídeo (6 min.). Publicado pelo blog Laboratório de Sensibilidades. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2017/10/06/video-6-minutosem-que-deleuze-critica-os-direitos-humanos/>>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- GALLO, S. Ética e cidadania: caminhos da filosofia. Campinas: Papyrus, 2003.
- KRETZMANN, Carolina Giordani. *Multiculturalismo e diversidade cultural: comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp067624.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Declaração de Jomtien. In: *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-jomtien/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- PONSO, Leticia Caos. Situação minoritária, população minorizada, língua menor: uma reflexão sobre a valoração do estatuto das línguas na situação de contato linguístico. *Gragoatá*, Niterói, v. 22, n. 42, p. 184-207, jan./abr. 2017.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca: Unesco, 1994.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: Unesco, 1990.